

## **IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS QUE PARTICIPAM OU ESTIMULAM AÇÕES DE AGRICULTURA URBANA RELEVANTES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL.**

**J. Arruda, R. S. J. Maluf, R. S. Souza, P. G. Dutra, R. J. Gripp**

### **RESUMO**

Este artigo elaborado a partir da tese de doutoramento, ligada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRuralRJ, Brasil. A base conceitual é a discussão das dimensões da sustentabilidade. O objetivo foi identificar o perfil dos participantes das atividades de Agricultura Urbana (AU) no município do Rio de Janeiro a partir de duas dimensões da sustentabilidade. Foram estudados três grupos. A metodologia foi dividida em uma fase exploratória, que ocorreu em 2008, com a coleta de informações sobre a área e os grupos; e uma pesquisa de campo, que ocorreu de outubro/2009 a fevereiro/2010, com a realização das entrevistas. É possível afirmar que no Grupo-1 as atividades minimizam a insegurança alimentar das famílias; no Grupo-2 há a promoção da AU e fortalecimento da agroecologia resgatando o tecido social na cidade; e o Grupo-3 promove atividades de AU para preservação ambiental seguindo os critérios adotados pela Agroecologia.

### **1 INTRODUÇÃO**

As cidades têm um desafio atual que se encontra colocado, por um lado frente à necessidade de elaborar políticas públicas capazes de melhorar as condições de vida dos seus moradores, por outro lado os problemas relacionados ao agravamento da pobreza e da degradação ambiental.

A Agricultura Urbana (AU) contemporânea vêm ganhando destaque no cenário mundial e nacional e reafirmando-se como possível instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente. Neste sentido pode ser considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos e também uma forma de trabalhar com o manejo ambiental. Neste contexto, o estudo sobre os grupos que atuam em atividades de AU no município do Rio de Janeiro pode demonstrar esta atividade como um importante vetor de desenvolvimento.

No Brasil, o governo federal, no âmbito do Programa Fome Zero e da criação do Ministério de Segurança Alimentar, hoje, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deu um importante passo em direção a utilização da AU como tema transversal no desenvolvimento de políticas públicas setoriais de combate à insegurança alimentar (Arruda, 2006).

Este artigo foi gerado a partir de resultados preliminares obtidos no projeto de pesquisa de doutoramento, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,

Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

A base conceitual dialoga com os referenciais teóricos das dimensões de sustentabilidade e as iniciativas estudadas neste trabalho foram de três grupos: a Pastoral da Criança (Grupo 1), a Rede Fitovida (Grupo 2) e a ONG Verdejar (Grupo 3).

## **2 DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE**

A noção de sustentabilidade tem como uma de suas premissas a inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Desde a década de 1980 a produção intelectual em torno do tema sustentabilidade tem sido quantitativamente importante, numerosas publicações especializadas são testemunhas; porém, em termos de resultados práticos ainda não se avançou muito, o que mostra que estamos diante de um campo emergente e ainda sujeito a diferentes interpretações (Darolt, 2000).

O Planeta convive hoje um novo paradigma: a “sustentabilidade”. As sociedades modernas vivem em crescente preocupação com o ambiente e com a qualidade de vida. A necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, duas questões que antes eram tratadas separadamente levou a formação do conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu como alternativa para a comunidade internacional, e ganhou notoriedade a partir do relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brundtland, 1988), que definiu como desenvolvimento sustentável ‘aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’.

O princípio da sustentabilidade emerge no contexto da globalização como uma nova visão do processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio para questionar as bases conceituais que conduziram e legitimaram o crescimento econômico, negando à natureza. A viabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e para obter um desenvolvimento sustentável, problematizando os valores sociais e as mesmas bases da produção (Leff, 1996).

A partir da leitura acima, faz-se necessária uma abordagem mais pormenorizada das duas dimensões de sustentabilidade propostas neste artigo. A seguir, uma breve discussão da importância de cada uma. É importante salientar que a divisão em dimensões estabelecida é meramente um recurso para operacionalização do conceito de sustentabilidade.

### **2.1 Dimensão Sociocultural**

A dimensão sociocultural da sustentabilidade apresenta quatro princípios básicos: a obtenção de patamar aceitável de igualdade social, distribuição de renda justa, a existência de emprego pleno e/ ou autônomo de tal forma que permita haver qualidade de vida satisfatória, e igualdade quanto ao acesso aos recursos e serviços sociais (Sachs, 2000). A dimensão social foi estruturada para conhecer um pouco melhor o perfil do agricultor que participa da AU e sua família que, em última análise. Desta forma, serão

abordadas uma série de características pessoais do agricultor, sua ligação com o seu entorno, suas expectativas em relação ao futuro, seu nível de qualidade de vida e suas formas de organização social.

Na sustentabilidade cultural há um desafio quanto às mudanças no interior da continuidade – o equilíbrio entre o respeito à tradição e a busca de inovações. Sachs defende a autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, onde seja essencial a defesa e valorização dos processos criativos endógenos (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) (Sachs, 2000: 85). Na busca por modelos de desenvolvimento, deve-se prezar pela pluralidade de soluções e pela valorização da diversidade das culturas locais, pois quanto maior a amplitude do processo de globalização e de abertura para realidades externas, mais necessário se faz valorizar as culturas locais, como forma de garantir o diferencial que irá dar competitividade nas diferentes formas de relações entre as regiões e países (Maia, 2008).

Alguns estudos de caso demonstram que o sucesso dos projetos de AU se encontram fortemente influenciados por dois fatores: o perfil de seus membros e o contexto onde funcionam. Reconhecer as diferenças entre as pessoas que praticam a agricultura urbana evita que se faça uma conceituação única de suas necessidades, interesses e experiências. Neste sentido, as relações que ocorrem nas mais distintas esferas da vida social, na família, no trabalho, no lazer, nos espaços públicos em geral, devem ser observadas e analisadas dentro de um contexto cultural e histórico específico. Por isso, a análise da sustentabilidade sociocultural se faz importante e nela serão tratados alguns temas que estão presentes na literatura como fundamentais para a AU dentre eles, gênero, raça, grupo étnico, classe, idade, etc.

## **2.2 Dimensão Político-Institucional**

Quanto à sustentabilidade política, são apresentados por Sachs (2000) três princípios básicos: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, e razoável coesão social. Para Silva e Shimbo (2004) a dimensão política da sustentabilidade é construída através de atores sociais atuantes em seu ambiente sócio-econômico-cultural, recebendo do poder público a possibilidade de controlar os recursos por decisões políticas. Na escala local, o desenvolvimento encontra na forma participativa de gestão o instrumento democratizante necessário para atuação desses agentes. Desta forma a sustentabilidade político-institucional será apresentada a partir das percepções dos agricultores urbanos e dos gestores dos projetos, assistência técnica, formas de obtenção de informação e divulgação do sistema.

## **3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

### **3.1 Delimitação Geográfica - Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

A atividade de agricultura urbana que este trabalho se propôs a estudar encontra-se em espaço geográfico delimitado pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar federal nº 020, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da

Guanabara.

A extensão territorial da RMRJ compreende uma área 4.686,5Km<sup>2</sup>, o equivalente a 13% da área total do Estado. Quanto à distribuição da população nesta unidade da federação, os dados apresentados no gráfico a seguir demonstram que a mesma apresentava-se muito mal distribuída territorialmente, concentrando-se em sua Região Metropolitana, principalmente em seu núcleo. Com população de 11.812.482 habitantes (IBGE, 2008) e PIB de R\$ 172.563.073mil (IBGE, 2005).

Atualmente é constituída pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

### **3.2 Breve Caracterização dos Grupos**

A Pastoral da Criança (PC) é uma organização comunitária de atuação nacional e internacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade e na partilha do saber. A PC Internacional está presente em 20 países e tem como objetivo a promoção de atividades para redução da mortalidade infantil e materna, da desnutrição e da violência familiar, bem como o desenvolvimento integral das crianças, desde a sua concepção, em seu contexto familiar e comunitário. A PC desenvolve uma série de ações básicas em favor da gestante e do desenvolvimento integral da criança a partir de um trabalho de orientação de famílias e de materiais didáticos formulados por técnicos da área de saúde e educação nos seguintes temas: saúde, nutrição, higiene, cidadania, gestação, prevenção de doenças, educação infantil, educação ambiental e entre outros assuntos a segurança alimentar e nutricional da família.

A Rede Fitovida (RF) é uma organização da sociedade cível que se articula em 24 municípios no estado do Rio de Janeiro para ajudar pessoas a aliviarem suas dores através de medicamentos naturais. É formada por 108 grupos voluntários que se organizam para preparação de medicamentos fitoterápicos e os vende a preço de custo. Tem suas atividades integradas ao ambiente tanto físico quanto o ambiente pessoal. E ao mesmo tempo faz um trabalho social e humanista ajudando na desnutrição de crianças fazendo a multimistura, que é um produto destinado ao fortalecimento da alimentação à populações sob risco nutricional. Segundo Rodrigues (2007) no ano de 2004, a rede assinou um termo de compromisso com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a utilização do método do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O principal objetivo desse empenho coletivo é que esses conhecimentos e práticas sejam consagrados como patrimônio imaterial, o que vai proporcionar para a comunidade os direitos de continuarem com suas práticas de cuidado com a saúde.

O Verdejar é uma Organização-Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos de membros voluntários, organização horizontal e sem hierarquia, que atua no Engenho da Rainha e tem um histórico de quase uma década de lutas, parcerias, eventos e trabalhos em prol da recuperação da serra da misericórdia (Mata Atlântica) com princípios agroecológicos e, entre outras conquistas, com o decreto da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) pela prefeitura, oficializando a importância da região. A partir do seu histórico de lutas pela criação da APARU começa a desempenhar um

papel importante de interlocutor em relação às demandas da população do Complexo e suas imediações.

#### **4 METODOLOGIA**

A abordagem metodológica proposta neste artigo é a partir de um modelo que permite contextualizar as interações entre diferentes dimensões da vida das pessoas e ajuda a revelar a complexidade da pobreza e dos modos de sustento urbano. Serve para a análise dos meios multifacetados de vida urbana e também para situações de pobreza e vulnerabilidade (Patiño, 2001). Para traçar esta análise serão utilizadas duas dimensões (dimensão sociocultural e dimensão político-institucional) já explicitadas acima na seção 2 a partir de pesquisa qualitativa como fonte direta de dados no ambiente natural, em toda a sua complexidade. Para a obtenção dos dados a pesquisa foi realizada em duas etapas: uma fase exploratória e uma pesquisa de campo.

De acordo com Yin apud Dias *et al.* (2008) a construção de uma pesquisa utilizando essa metodologia abrangente como estratégia faz com que o pesquisador tenha muito mais atenção e habilidades em perceber e controlar vieses potenciais que poderão surgir em grande intensidade ao longo do processo de estudo.

Na fase exploratória com a realização de entrevistas semi-estruturadas buscou-se identificar a organização hierárquica que os grupos estabeleciam para entender melhor o desempenho de suas atividades. O roteiro utilizado nas entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos grupos era constituído de questões abertas, como: quando o grupo começou; por que resolveu iniciar esse trabalho; qual o objetivo principal; como funciona; tem financiador; tem ligação com alguma secretaria; qual é o local onde o grupo mais se concentra.

Na pesquisa de campo com a realização de entrevistas guiadas buscou-se identificar as diferentes visões, dentre os gestores diretos e indiretos dos programas e projetos, e suas relações com as atividades de agricultura urbana. O roteiro das entrevistas guiadas foi constituído de perguntas com intuito de saber qual era significado de projetos de AU; Qual a visão do grupo sobre AU; quais e quantos grupos que trabalham com AU; como o grupo se articula; se o projeto mudou a vida das pessoas, se sim, essa mudança foi positiva ou não; Quais as barreiras que ainda precisam ser derrubadas para a realização das atividades de AU; Por que acha que é relevante pensar este tema no RJ; Por que e quando decidiu apoiar as iniciativas de AU; Como o grupo avalia o papel das iniciativas na vida das pessoas que as realizam; Qual é o papel do associativismo nas iniciativas de AU.

Desta forma os dados foram obtidos com o acompanhamento ao longo de 2009: no Grupo 1 as coordenadorias que participavam ou estimulavam ações de AU relevantes na região de Pedra de Guaratiba com a realização de 2 entrevistas semi-estruturadas (A e B) e 4 guiadas (1, 2, 3 e 4). No Grupo 2 os núcleos que atuavam em Belford Roxo com a realização de 4 entrevistas semi-estruturadas (C, D, E, F) e 2 guiadas (5 e 6). No Grupo 3 atuante na comunidade do Engenho da Rainha com a realização de 3 entrevistas semi-estruturadas (G, H e I) e 2 guiadas (7 e 8).

#### **5 RESULTADOS E DISCUSÕES**

A partir das respostas dos entrevistados no Grupo 1 foi observado que horta em casa pode proporcionar benefícios para a família inteira, mas os voluntários têm uma dificuldade de implantar essa idéia na vida das pessoas. E é de suma importância a orientação das crianças para que elas entendam a necessidade de uma alimentação saudável e balanceada.

*“... na realidade a finalidade da horta é dentro da família. Para que elas arrumem um cantinho no quintal planta uma couve, coisas para enriquecer a alimentação do dia a dia para ficar colorida...” (Entrevista A).*

Segundo Monteiro e Mendonça (2004) a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos, em razão dos baixos níveis de renda familiar e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais.

Logo se torna imprescindível ter mais investimentos, para que mais técnicos sejam habilitados e acompanhem as comunidades carentes que tem o interesse em trabalhar na AU, e consigam com isso minimizar as mazelas causadas pela falta de uma alimentação balanceada e saudável. Pois as atividades de AU são muito gratificantes e tem uma contribuição muito forte na manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as pessoas que as praticam.

*“Acho que não tem uma continuidade os trabalhos de orientação, eu acho que poderia se reunir mais ou ter uma troca de encontros maior, o pessoal da ASP-TA, eles orientam, eles ensinam como faz para plantar, mas acho que eles deveriam estar junto, eu sei que eles são poucos, mas deveria capacitar mais pessoas para dar uma alavanca maior, o contato poderia ser maior” (Entrevista 3).*

*“Não é fácil implantar projetos desta área, as pessoas acham que é muito difícil plantar, pensam que horta é algo gigantesco, não associam estas iniciativas à espaços pequenos, sem muita estrutura, etc.” (Entrevista 1).*

No Grupo 1 a preocupação com a família é a base de trabalho, em todos os aspectos necessários para um bom desenvolvimento das crianças, a partir do contato com a terra, mas para sua realização, ele tem que ser uma via de mão dupla, ou seja, não basta que apenas os voluntários se esforcem a se capacitar para orientar as famílias carentes da melhor maneira possível, elas devem se esforçar para obterem esse aprendizado, pois isso se torna uma barreira para a concretização do objetivo.

*“Esse significado muito mais voltado devido uma deficiência em nossa cidade, em todo o nosso país, a necessidade é primeiro de uma educação alimentar. Uma necessidade pela deficiência na alimentação, por uma questão financeira e também uma questão de conscientização que às vezes a pessoa pode ter ali uma condição, ter algo para a sua alimentação através de uma questão natural e saudável também. Essa questão vai mais de uma questão cultura, ela vai ser educada a buscar ter uma alimentação saudável e no próprio quintal, no pequeno espaço que ela tem, ela aprender esse tipo*



*de agricultura” (Entrevista 4).*

O aumento da formação de grupos sociais, que tem como público alvo esse grupo de risco (crianças até os seis anos de idade), estão ganhando força hoje em dia e diminuem a dificuldade da comunidade em obter alimento de boa qualidade em quantidades suficientes sem comprometer outras necessidades essenciais para manutenção da sua qualidade de vida. Através da disponibilidade das informações sobre a SAN, principalmente as relacionadas com o aumento dos índices de mortalidade infantil – ocasionados pela falta de uma alimentação adequada – torna-se necessário instrumentos legais que concretizem ou que estabeleçam diretrizes de atuação para a realização de ações e neste sentido o Brasil deu um passo importante sancionando o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Maluf, 2007).

No Grupo 2, a partir das entrevistas foi possível perceber que as cidades não estão conseguindo tornar as famílias que migram das zonas rurais para a cidade economicamente ativas, assim, não dispõe de condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades sócio-culturais e de qualidade de vida. A agricultura urbana é entendida como uma prática que resgata o indivíduo social, cultural ou até mesmo historicamente, e isto se confirma na fala da integrante da Comissão da Rede Fitovida quando perguntada sobre o significado de projetos de agricultura urbana no Rio de Janeiro:

*“É uma forma de resgatar a coisa dos quintais das famílias, antigamente todo mundo tinha uma hortinha no seu quintal, e acho que tinha uma vida muito mais saudável e hoje você vê os quintais aí a maioria tudo acimentado sem um pedacinho de chão (...) a agricultura urbana vem resgatar um pouco isso, mostrando que mesmo nos tempos modernos de alta tecnologia é possível ter qualidade de vida” (Entrevista 5).*

No sentido dado por Boukhaeva *et al.* (2007) a AU possui múltiplas dimensões: contribuição para o orçamento das famílias; garantia de segurança alimentar nos planos quantitativo e qualitativo; tampão regulador de crises sociais; acesso a todas as categorias sociais a uma habitação urbana interligada à natureza; função de estabilização social e terapêutica; afirmação de identidades e patrimônio cultural; transmissão de conhecimentos e cultura entre diferentes gerações; melhoria do meio ambiente; e ordenamento territorial.

Este resgate social mencionado confirma a hipótese de que a Rede Fitovida promove agricultura urbana na RMRJ. Neste sentido, a AU no Brasil pode realmente passar a integrar o rol de opções de políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana (Arruda, 2006). Pois deste modo, as experiências urbanas com agricultura se dirigem à valorização de espaços limitados, onde residem populações socialmente marginalizadas, para uma produção voltada ao autoconsumo, possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias.

No grupo 3, a partir das respostas dadas foi possível perceber que as pessoas residentes naquela região tinham poucas oportunidades de contato com a natureza e, viam na Serra da Misericórdia um local onde podiam voltar às suas raízes – realizando atividades de AU – pois muitos desses moradores migraram das zonas rurais e devido às circunstâncias acabaram perdendo o contato com a terra. Isso foi observado através da

entrevista realizada com um dos coordenadores do grupo.

*“Nas comunidades do entorno da serra que a gente conhece, a gente consegue observar que de fato e pelos estudos e tudo mais, que essas comunidades daqui do entorno são formadas principalmente por imigrantes, pessoas que vem do sertão e de outras áreas ...” (Entrevista G).*

Ao ser perguntado a um dos coordenadores do Verdejar o porquê e quando ele decidiu apoiar as iniciativas de agricultura urbana, ele deixou clara a importância de desenvolver esse tipo de trabalho em grandes bairros, como sendo uma forma de resgatar valores, incluir atividades no cotidiano das pessoas até então desconhecidas e através da Agricultura Urbana, inserir um pouco mais de qualidade e segurança alimentar em suas mesas.

*“... a gente enxergou na agroecologia e na AU uma saída, uma resposta pra essa situação ate de isolamento que existe, de divisão entre a população e as áreas verdes. E começamos a vislumbrar e a entender, que essas articulações tem um potencial muito grande para trabalhar com essa questão da alimentação saudável aqui ...” (Entrevista G).*

Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano com o enfoque agroecológico tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e auto-suficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial.

A AU é uma prática que vem ganhando espaço nos grandes centros urbanos através de diferentes alternativas, onde as pessoas adquirem experiências, e com um olhar social e agroecológico proporciona uma transformação coletiva e sustentável. E isso se confirma na fala do coordenador, quando foi questionado sobre os desafios que o grupo encontrava quanto a sustentabilidade das iniciativas.

*“Estamos pensando a agroecologia para a geração de trabalho e renda a partir de oportunidade de educação ambiental, o desafio agora vai ser organizar esse espaço, pra que a gente possa demonstrar que é possível gerar trabalho e renda a partir desta iniciativa” (Entrevista G).*

A integração entre os coordenadores e os voluntários da instituição é notória, percebe-se que não existe só a troca de conhecimentos, também há compartilhamento das responsabilidades e a busca por um contato maior com a natureza, um compromisso com as questões ambientais e o foco na agroecologia como metodologia para a prática da agricultura urbana.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do ano de 2009, com o desenvolvimento da pesquisa de campo e o envolvimento da equipe de pesquisa na observação participante junto aos grupos estudados houve muitos ganhos intangíveis. Os momentos de entrevistas cumpriram seus objetivos intrínsecos que a priori eram interagir com os componentes dos grupos e propiciar momentos de troca e formação cidadã e integrada dos estudantes da universidade envolvidos na equipe de pesquisa; a abordagem abrangente de



interdisciplinaridade e a valorização do saber popular e sua integração com os conhecimentos e experiências acumulados na academia.

Em relação ao Grupo 1, uma consideração importante a partir da reflexão a respeito da realização de trabalhos futuros com pessoas com grau de carência elevada é a necessidade de uma orientação mais constante de profissionais qualificados (apoio técnico), para que possam de fato sair de um estado de insegurança alimentar e nutricional realizando atividades de AU nos seus quintais e/ou pequenos espaços. Assim os trabalhos seriam iniciados pelas famílias e não parariam por falta de mão de obra especializada.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas do Grupo 1, foi possível analisar a necessidade de incorporar ao conceito de SAN a importância da orientação e acompanhamento das famílias carentes, pois foi constatado que as famílias não tinham nenhum conhecimento do que era SAN e AU. Além disso, é fundamental que a população tenha acesso às informações para se estruturar a fim de defender seus interesses, exigir seus direitos e realizar seus deveres de uma forma efetiva.

Pode-se afirmar a partir dos resultados da pesquisa que a PC engloba nas suas atividades a dimensão sociocultural da sustentabilidade, o que se confirmou no material de orientação das famílias utilizado pelos líderes e durante as palestras oferecidas para os grupos, pois os assuntos estudados (alimentação saudável, DST, saúde, direitos humanos, etc.) são trabalhados de forma que as famílias atendidas pelo grupo tenham consciência de seus direitos e deveres e assim possam recorrer aos seus direitos – igualdade social, maior distribuição de renda – para com isso ter mais acesso aos recursos e serviços sócias.

Na PC foi notável a busca por modelos de desenvolvimento que incorporassem em suas estratégias a valorização da pluralidade cultural local das famílias, pois todo o acompanhamento realizado com as famílias é realizado por pessoas que são da mesma comunidade, ou seja, pessoas que conhecem a dinâmica social local, os costumes, o histórico da família e da comunidade. Este procedimento é crucial para a efetividade do trabalho de orientação das mães e dos pais, de acordo com o contexto vivenciado por eles, inclusive no uso mesmo vocabulário. Tudo isso se justifica com a percepção de que as relações que ocorrem nas mais distintas esferas da vida social, na família, no trabalho, no lazer, nos espaços públicos em geral, devem ser observadas e analisadas dentro de um contexto cultural e histórico específico. No caso da PC a análise é focada nas famílias.

A partir da afirmação de Silva e Shimbo (2004) quando dizem que a dimensão política da sustentabilidade é construída através de atores sociais atuantes em seu ambiente sócio-econômico-cultural, recebendo do poder público a possibilidade de controlar recursos por decisões políticas. É possível concluir que no Grupo 1 a dimensão política-institucional é marcante, pois os coordenadores alegam através das entrevistas que o bairro trabalhado apesar de não receber nenhum apoio governamental para que as suas necessidades elementares sejam supridas – saneamento básico, água encanada, luz e transporte público – há uma efervescência de atores que atuam na comunidade para minimizar essas mazelas, através da formação de grupos sociais (Associações religiosas diversas) e instituições da sociedade civil (como exemplo a Fundação Xuxa Meneguel).

Em relação ao Grupo 2, foi possível observar que o trabalho feito por seus membros demonstra resultados marcantes, tanto na vida das pessoas, quanto na promoção e fortalecimento da agricultura urbana na comunidade em que atua.

No Grupo 2 a dimensão política-institucional se expressa fortemente no discurso de seus componentes, pois observam-se elementos de dinamização da busca por direitos a partir do acesso à informação e luta por direitos. Em uma das falas a idéia de que a organização é de suma importância para reivindicar políticas públicas e não ficar somente na execução, pois a simples execução de projetos não contribui à longo prazo para a mudança do quadro sócio-cultural-econômico. Destaca-se o que os membros afirmaram *“a formulação de projetos não é iniciativa sustentável, um dia se acaba, precisamos solicitar políticas para concretizar e estimular ações de AU”*.

Através da análise das entrevistas constatou-se que num contexto econômico desfavorável para as famílias, pois as cidades não conseguem converter o grande fluxo de pessoas advindas das áreas rurais em pessoas economicamente ativas, assim, não dispendo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades sócio-culturais e de qualidade de vida a AU desempenha papel de destaque no Grupo 2 em relação à sustentabilidade sociocultural, pois as pessoas que dele participam acreditam que através de suas práticas agro ecológicas ocorre a preservação do saber popular dentro da região urbana, fato que propiciou um aumento na qualidade de vida dos envolvidos, mantendo e valorizando a cultura de suas raízes rurais.

Em relação ao Grupo 3, foi possível notar um grande potencial, pois a área destinada à horta é pública, ou seja, todos poderão dedicar-se conforme suas condições e obterão ao longo do tempo benefícios, podendo usufruir livremente de forma coletiva no cultivo a partir de práticas de manejo agroflorestral nessas áreas, minimizando a pressão da expansão urbana e evitando com isso que o local seja utilizado para construção de novas moradias irregulares que é um dos problemas na vida contemporânea urbana com avanço desgovernado de moradias de formas ilegais e devastadoras, não somente prejudicando o meio ambiente como também a existência da vida humana.

O objetivo inicial do Grupo 3, quando iniciou suas mobilizações estava relacionado principalmente a busca da interação do homem com a natureza, no entanto ao pensar-agir sob esta ótica sistêmica essa iniciativa trouxe melhoria na qualidade alimentar, assim como na qualidade de vida como um todo (ganhos nas relações sociais, interações entre grupos diversos, intercâmbio cultural com outros núcleos que atuam no movimento agroecológico carioca. Sem dúvida há sustentabilidade político-institucional na atuação do grupo.

Destaca-se também a importância da dimensão sócio-cultural, que com o trabalho em grupo, gera uma interação social, desconsidera o mundo no âmbito global de autoritarismo com tendência tecnicista para uma realidade mais criativa e inovadora, onde a juventude atua constantemente com a comunidade local e através das respostas das entrevistas nota-se a preocupação no que se diz respeito às questões sociais. Neste sentido, os produtos gerados no trabalho coletivo têm a primeira função, que é a alimentação do grupo que os cultiva, a outra função é tornar a atividade lucrativa, sem, no entanto abandonar a preocupação agroecológica, o que fica explícito nas entrevistas realizadas, como a declaração de um dos participantes ativos do grupo *“um dos nossos objetivos aqui é manter jovens e crianças da comunidade trabalhando e tendo*

*educação ambiental, a gente está tentando conseguir bolsas para esses jovens”* (Entrevista 7).

Outra preocupação que se destaca nas falas dos componentes do grupo 3 é a preocupação com o aumento da violência, mazela infelizmente muito constante e próxima da área de atuação do grupo, o Engenho da Rainha. Este é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro formado basicamente por conjuntos habitacionais destinados às classes populares, como os conjuntos habitacionais (Músicos e Previdência) e comunidades (favelas), sendo a maior o Morro do Engenho.

Ao revisar as funções da agricultura urbana no sentido atribuído por Boukhaeva *et al.* (2007), aparece claramente a função de regulação de crises sociais, acesso a todas as categorias sociais a uma habitação urbana interligada à natureza, a função de estabilização social e terapêutica e o ordenamento territorial. Neste sentido a ONG Verdejar além de preservar a APARU, divulga a AU e proporciona aos jovens e à comunidade como um todo, atividades que trazem benefícios para eles e uma maior conscientização quanto a possibilidade de promoção de trabalhos sustentáveis em áreas totalmente urbanizadas.

## **7 AGRADECIMENTOS**

Instituições de fomento/apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a ActionAid Brasil.

## **8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRUDA, J. (2006), *Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas*. [s.n.] Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. (2007), A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.) *Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil.

BRUNDTLAND, G. H. (1988), *O Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV.

DAROLT, M. R. (2000), *As dimensões da sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná*. 290 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná e Université Paris X Nanterre, Curitiba.

DIAS, L.L; SANTOS, L.M; LIMA, L.F.S; GALINDO, M.C.S. (2008), Estudo de Caso: uma reflexão teórica. In: *Metodologias Qualitativas de Pesquisa*. Salvador: Fast Design.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2005), *Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2008), *Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE.

LEFF, E. (1996), “La Insoportable Levedad de la Globalización la Capitalización de La naturaleza y las Estrategias Futuras de la Sustentabilidad”. *Revista Universidad de Guadalajara, Nueva Época*, 6, 1.

MAIA, C.M. (2008), “As Dimensões da Sustentabilidade e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar”. In: II Seminário sobre Sustentabilidade, Reflexões sobre sustentabilidade. Pesquisado em 14 fevereiro de 2008, <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf\\_reflexoes/reflexoes\\_07.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_07.pdf)>.

MADALENO, I. M. (2002), *A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.

MALUF, R.J. (2007), *Segurança alimentar e nutricional*. Coleção Conceitos Fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M.M. (2004), “Quintais na Cidade: a Experiência de Moradores da Periferia do Rio de Janeiro”. *Agriculturas*, v. 1, no 0, set.

PATIÑO, F. (2001), *Cosechando democracia em las ciudades com la agricultura urbana*. Lineamentos metodológicos para el impulso de procesos consultivos locales em agricultura urbana. Documento Base de Orientação Política.

RODRIGUES, M. L. (2007), *Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

SACHS, I. (2000), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

SILVA, M.R.; SHIMBO, I. (2004), “A dimensão política da sustentabilidade na formulação de políticas públicas de habitação. Caso: Itararé-SP e Região”. In: *II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*.